

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Fria

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Carlos Fomes de Leon e Jádhir Brito

CONSELHO EDITORIAL Fernando Diamant, Hilda Schwartzman,

Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano,

Patrícia Branco, Patrícia Campos Mello, Pêssio Arão, Ronaldo Lemos,

Thiago Amparo, Luis Fria e Sérgio Dávila (secretário)

DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Faria

DIRETORIA EXECUTIVA Alexandre Bonacic (finanças, planejamento

e novos negócios) Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais),

João Cestari (tecnologia) e Marcelo Benes (comercial)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Igualdade salarial não se obtém por canetada

Lei acerta ao dar transparência à disparidade entre gêneros nas empresas, mas fenômeno é mais complexo do que a mera discriminação

Muito em breve serão conhecidos os números da diferença salarial entre gêneros nas empresas com cem ou mais funcionários no Brasil. A divulgação desta informação é resultado do que determinará a lei 14.611, sancionada em 2023.

Não será nenhuma surpresa se for constatado que mulheres recebem remuneração inferior à dos homens neste novo relatório. No Brasil, é sabido que, para cada R\$ 100 recebido por um homem, as mulheres recebem em média R\$ 85. Entretanto, dar publicidade à diferença existente em cada empresa representa um passo além, já que transparência e a responsabilização são dois importantes catalisadores de transformação.

Com isso, o governo fornece insumos para o debate — e para que indivíduos e organizações tomem medidas efetivas para eliminar as desigualdades que ainda se observam nos ambientes de trabalho. A transparência aumenta o poder de barganha das mulheres nas negociações salariais e compromete a inação pública das empresas, induzindo mudanças.

Com o relatório, o Brasil passa a se alinhar às melhores práticas internacionais, a exemplo do que se faz no Reino Unido e na Austrália. Mas a lei também dá ao governo um enorme protagonismo para determinar o que constitui a desigualdade salarial, para impor sanções baseadas em diagnóstico e para

estabelecer que membros de sindicatos participem da elaboração dos planos de ação das empresas. Neste aspecto, a lei tem retrocesso. A visão de que cabe ao Estado determinar e punir a disparidade de remunerações parte de um entendimento de que o diferencial é puramente discriminatório, ou resultado de uma ação deliberada das empresas, e que a interferência governamental é a melhor forma de resolver o problema.

Não é. A desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho é um fenômeno muito mais complexo, afetado por decisões tomadas ao longo de uma vida — das profissões escolhidas até as jornadas de trabalho — e que respondem fortemente às normas sociais e culturais em vigor, como na divisão de tarefas domésticas.

A discriminação existe. Comprava-la, porém, é extremamente difícil, como se demonstra nos trabalhos de Claudia Goldin, vencedora do prêmio Nobel.

Estabelecer que o Estado seja o fiel da balança na questão amplia os custos trabalhistas e compromete reajustes salariais por produtividade e desempenho.

Melhor do que tentar punir algo que não se poderá provar seria avançar em pautas que promovam mudanças em normas sociais e culturais, a exemplo da regulamentação da licença-paternidade e da maior oferta de creches.

Caso Evaldo, 5 anos

Flerte com a impunidade coloca na berlinda o papel da Justiça Militar em regimes democráticos

Nem 257 tiros disparados por 8 militares em direção a um carro ocupado por civis parecem o bastante. Em 7 de abril de 2019, no Rio de Janeiro, o veículo em que estavam Evaldo Rosa dos Santos e sua família foi alvejado por 66 desses disparos. Evaldo morreu no local, e o capitão de material recidivou Luciano Macedo, que tentou socorrer as vítimas, teve o mesmo destino alguns dias depois.

Após cinco anos, o caso chegou ao Superior Tribunal Militar, mas há sinais alarmantes de impunidade. Na quinta (29), dois ministros da Corte votaram pela absolvição dos réus pela morte de Evaldo e, no caso de Luciano, pela tipificação de homicídio culposo (sem intenção de matar), o que causaria uma redução de até 28 anos da pena.

Com o abrangimento parcial de três anos, os envolvidos cumpriram a punição em regime aberto. Um pedido de vista, contudo, suspendeu o julgamento.

É desolador que um tribunal castrense julgue, em plena vigência de um regime democrático, militares processados por crimes cometidos contra a vida de civis.

Dos 15 ministros do STM, 10 são fardados. O órgão não exige formação jurídica de seus membros e está imbricado em corporativismo na hierarquia militar, mesmo quando julga ações que constituem violação de direitos humanos. Trata-se de uma anomalia de constitucionalidade duvidosa, ora sob análise do Supremo Tribunal Federal. Cabe ao STF e ao Congresso Nacional reexaminar o alcance das cortes castrenses — na Argentina, por exemplo, a Justiça Militar foi abolida em 2005.

A competência militar para julgar crimes contra a vida de civis foi estabelecida por lei em 2017, sob o argumento de que seria a forma mais célere e rígida de punição contra abusos em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

O caso Evaldo, no entanto, não ocorreu durante ação de GLO e já acumulou cinco anos sem desfecho, para nem falar do risco de prescrição decorrente da sua gravidade.

Se persistir no caminho da impunidade, a Justiça Militar produzirá evidência contra sua credibilidade e sua adequação aos princípios do regime democrático.

Ser ou não ser pardo? Eis o delírio

Lygia Maria

Causa espanto que bancas em universidades brasileiras avaliem cor da pele, cabelos, nariz e lábios de jovens aprovados pelo regime de cotas. Essa análise fenotípica remete a tribunais raciais de regimes eugênicos. Se em teoria tal recurso já é imoral, na prática está fadado a erros temerários, ainda mais num país altamente miscigenado como o Brasil. Não à toa, neste ano a USP recebeu 224 recursos de candidatos que tiveram a auto-declaração racial negada.

Se o objetivo é diminuir desigualdades e preconceitos, a reserva de vagas para estudantes da rede pública oriundos de famílias de baixa renda seria suficiente. Mas a mera tentativa de debater o tema já recebe a acusação de racismo. E essa é a farsa nefasta de discurso identitário.

No excerto "Racismo woke: como a militância traía o movimento antirracista", Jorh McWhorter, professor da Universidade Columbia, discute o problema a partir de várias áreas, entre elas, a de cotas.

Segundo pesquisas apresentadas pelo autor, que é negro, alunos de

minorias étnicas matriculados em instituições de elite tendem a apresentar baixo rendimento e a desistir da formação, o que não ocorre em universidades preparadas para suprir as lacunas deixadas por uma formação escolar precária.

Por isso, McWhorter propõe ações de fato efetivas: investir na educação básica e "superar a ideia de que todos devem ir pra faculdade".

O Brasil gasta US\$ 14,735 por aluno no ensino superior, quase a metade dos países da OCDE, e apenas US\$ 3,581 por aluno no básico (na OCDE, US\$ 10.949). Ademais, o ensino técnico, grande promotor de geração de renda, não é valorizado em nosso país. Aqui, só 8% dos alunos do ensino médio cursam a modalidade, ante 44% na média da OCDE, 39% no Chile e 14% na Colômbia.

E preciso interromper a moralização do debate sobre cotas. Dogmas servem a religião, não a políticas públicas. Há diversas medidas que podem ser tomadas para combater o racismo, e apoiar tribunais raciais, definitivamente, não é uma delas.

Indiferença e picada do mosquito

Ana Cristina Rosa

Não é preciso ser especialista em saúde para saber que condições sanitárias inadequadas aumentam riscos de proliferação de doenças. A lista de enfermidades que se propagam em ambientes onde não há esgoto sanitário e água tratada inclui, claro, a dengue.

Mé as crianças e os idosos sabem que larvas dos mosquitos que transmitem a dengue (da espécie *Aedes aegypti*), em menor proporção, o *Aedes albopictus*), ecodem em água parada. Em 2022, a dengue já batteu recorde e infectou mais de 1 milhão de brasileiros, causando mais de 320 mortes e elevou pelo menos 50 unidades da federação a declarar emergência em saúde pública. O cenário é grave.

Porém, por mais assustadora que seja essa explosão de casos de um mal que chegou a ser erradicado do país, a situação não é obra do acaso. Tampouco deveria ser recebida com surpresa por governantes e gestores das áreas de saúde e infraestrutura.

Afinal, um quarto dos brasileiros vive sem saneamento básico (Censo do IBGE), o que contribui muito para o acúmulo inadequado de água.

Importante destacar que, apesar de ser pardo, são 66% dos que não têm esgoto e 72% dos que vivem sem abastecimento de água adequado.

Como a conexão entre moradia digna e saúde é inegável, daria para inferir que está mais fácil a contrair a infecção. Mas não é necessário deduzir quando existem dados oficiais. O Ministério da Saúde apontou que mulheres pretas e pardas como grupo populacional com maior risco de casos prováveis de dengue.

O Brasil se comprometera a universalizar os serviços de esgoto e água tratada até 2031 por meio do marco legal do saneamento básico. Contudo está distante de atingir a meta. E um mosquito vem fazendo o país pagar com vidas o preço da indiferença.

Não deixar água acumulada no quintal ou no pratinho das plantas é uma prevenção importante que todos devem tomar. Contudo delegar ao povo responsabilidade pelo combate à dengue é, além de incorreto e injusto, covardia.

Hal-9000 cabe hoje numa gaveta

Ruy Castro

Bel há tempos um artigo meu, dos anos 90, a respeito de "2001: Uma Odisseia no Espaço" (1968). Eu devia ser muito jovem. Apesar de minha paixão por Stanley Kubrick, arripiei que "2001" tendia a perder em substância à medida que a tecnologia o fosse superando. E citei a sequência em que Keir Dullea "mata" Hal-9000, o computador que dirige a nave especial, designando suas válvulas que ocupam um aposento inteiro. As platêias do futuro iriam rir daquilo, eu disse, como riem hoje quando algum, num filme dos anos 50, tira as calças e está usando cuecas samba-canção — porque, com o chip, o oriente não usa. E, numa cena, Hal-9000 mata uma garota.

Mas, se fosse assim, os celulares tornariam arcaico qualquer filme envolvendo telefones, o que significaria todos os filmes exceto os de caubóis e de disquistas. Em "Disque M" para Matar" (1953), de Hitchcock, por exemplo, Ray Milland tem de ligar a certa hora para sua mulher Grace Kelly, a fim de que ela vá até

a sala e atenda ao telefone de costas para a cortina — atrás da qual está o homem que ele contratou para estrangulá-la. O problema é que, quando ele vai ao telefone do restaurante, este está sendo usado por alguém. Bem, há décadas ninguém mais "disca". Depois, sua mulher teria um celular à mão. E, com o celular, Ray Milland não precisaria dispor o aparelho com ninguém. Donde Hitchcock não poderia fazer este filme hoje.

E o que dizer de "Superman" (1978)? As cabines telefônicas, até as de Londres, estão sendo aposentadas porque, com o celular, ninguém precisa mais usar. E, numa cena, o poli se cabines, Christopher Reeve teria de trocar o termo de Clark Kent pela fantasia de super-herói no meio da rua.

Por sorte, os americanos inventaram a chamada "superintendência de ligação" ou "central de atendimento ao cliente", um artifício pelo qual você desliga o racional e se deixa levar pela intuição e pela emoção dos clientes.

O que, às vezes, torna a vida ótima.

Reeleição de presidentes

Marcus André Melo

Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante da Universidade Yale. Escrito na segunda

A explicação canônica para o dilema das repúblicas independentes da América Latina no século 19 era que tinham que escolher entre tirania e anarquia. Escolheram a primeira. Na Bolívia, em 1826, Simón Bolívar sustentou que "um presidente perpétuo, com o direito de escolher seu sucessor, é a mais sublime inspiração para uma ordem republicana".

Só mais tarde o dilema assumiu um novo conteúdo: tirania ou democracia. A ideia de limites aos mandatos de presidentes é parte do objetivo de assegurar a alternância de poder e impedir presidentes de se perpetuarem no cargo.

Presidentes que buscam reeleição foram vitóriosos 76% das vezes entre 1988 e 2008 em uma base de dados exaustiva de 2.320 casos. Na América Latina, de final dos anos 70 a início dos anos 2000, os titulares dos cargos buscaram reeleição 27 vezes, e só perderam em 3 delas. A vantagem do incumbente é clara. O potencial de abuso de poder é alto.

Mas os limites minam um componente essencial da democracia: a responsabilização dos governantes. As eleições têm o propósito de premiar ou punir o desempenho. Assim, são dois valores democráticos essenciais em conflito, e a solução não é óbvia.

Os federalistas ao inventarem o presidencialismo moderno não fixaram limites para a reeleição. A limitação veio por autocontenção: George Washington declinou de continuar no poder, gerando uma convenção não escrita de apenas uma reeleição. Só após sua violação por Roosevelt foi aprovada emenda constitucional (1951) nesse sentido.

Nos últimos 30 anos, 60 países na América Latina e África impuseram limites. Atualmente há limitações de mandatos em 35 Constituições de países africanos, apenas em 4 eles não existem, e em 28 o limite é uma reeleição. Na América Latina, há limites em 15, mas não em 4, em 11 deles, o limite é um mandato (com ou sem possibilidade de reeleição não consecutiva).

A efetividade dos limites depende do sistema partidário, da força da oposição, da robustez do poder judiciário e da sociedade civil. A busca da permanência no poder — violando o mandato — é uma das experiências mais comuns em regimes populistas autoritários recentes. O sonho bolivariano quase se realiza, na própria Bolívia, quando Evo Morales tentou se reeleger para um quarto mandato mesmo após ter sido derrotado em plebiscito.

A discussão dos limites aos mandatos presidenciais não ocorre em um vazio de interesses. É tempestado por propostas de mudança. É o caso de Porfirio Díaz, no México, que ascendeu ao poder bradando a bandeira dos limites para se perpetuar no poder por 27 anos. A questão "a quem interessa a permanência?" merece análise específica.

